



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº33/2023

Período: 09/09/2023 - 15/09/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Tenente-coronel Mauro Cid teve pedido de delação premiada homologado pelo Supremo Tribunal Federal
- 2- Colunistas comentaram delação premiada de Mauro Cid
- 3- Colunistas comentaram sobre o desfile de 7 de setembro em Brasília
- 4- Exposição das Forças Armadas em Brasília comemorou a Independência do Brasil
- 5- PF faz investigações sobre desvios de recursos públicos na intervenção federal no Rio de Janeiro envolvendo o general Braga Netto
- 6- FAB elegeu nova aeronave para viagens presidenciais
- 7- Militares de baixa patente recorreram ao PSOL em busca de direitos
- 8- Sobrevivente da ditadura comentou sobre exílio no Chile
- 9- Condenação de réu do 8 de janeiro envolveu discussão acerca das Forças Armadas
- 10- General Dutra de Menezes prestou depoimento à CPMI do 8 de janeiro

1- Tenente-Coronel Mauro Cid tem pedido de delação premiada homologado pelo Supremo Tribunal Federal

Conforme noticiado pelos periódicos *Correio Braziliense*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, a defesa do tenente-coronel Mauro Cid, anteriormente incumbido das funções de ajudante de ordens do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, formalizou uma petição de *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Neste contexto, a Polícia Federal (PF) propôs um acordo de colaboração com o militar, encaminhando o processo ao Ministério Público Federal (MPF) e ao ministro do STF Alexandre de Moraes para homologação. Em 06/09/2023, Mauro Cid compareceu às dependências do STF com o propósito de confirmar sua intenção de celebrar um acordo de delação premiada com a PF. Conforme noticiado pela *Folha de S. Paulo* em 09/09/2023, o ministro Alexandre de Moraes homologou o acordo, culminando na liberdade provisória de Mauro Cid, sujeita à condição de utilização de uma tornozeleira eletrônica. O periódico ressaltou que Cid estava detido preventivamente desde maio, sob a acusação de ter inserido informações falsas em cartões de vacinação, incluindo os de Bolsonaro e de sua filha, além de enfrentar investigações relacionadas ao vazamento de dados sigilosos envolvendo a urna eletrônica e alegadas conexões com os eventos de 8 de janeiro. De acordo com o *Correio Braziliense*, uma das condições para o relaxamento da prisão de Cid é a de que ele

compareça, às segundas-feiras, à Vara de Execuções Penais do Distrito Federal. Na primeira apresentação, em 11/09/23, o advogado de Cid, Cezar Bitencourt, afirmou que uma nova convocação de seu cliente pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos de 8 de janeiro de 2023 seria uma “perda de tempo”, visto que não há mais nada a ser dito. Conforme reportado pela *Folha de S. Paulo*, no âmbito da delação premiada, Mauro Cid optou por confessar sua responsabilidade nos delitos mencionados e fornecer informações sobre outros indivíduos vinculados, visando obter benefícios legais, notadamente a redução de sua pena. De acordo com informações divulgadas pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, o advogado Fábio Wajngarten, representante do ex-presidente Jair Bolsonaro, afirmou não possuir preocupações significativas acerca das informações que o ex-ajudante de ordens da Presidência da República poderia disponibilizar à Polícia Federal. De acordo com o *Correio*, o atual presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, também afirmou não possuir preocupações, uma vez que os problemas nos quais Cid está envolvido com a justiça não envolvem dinheiro público, não prejudicando o partido. Segundo a *Folha*, o presidente da CPMI do 8 de janeiro, o deputado federal Arthur Maia (União Brasil-BA), afirmou que Mauro Cid será ouvido de novo nos próximos dias, porque após o acordo de delação premiada assinado pelo militar, ele poderia contribuir com as investigações. No entanto, segundo a reportagem, os parlamentares da base temem que o depoimento de Cid à CPI possa prejudicar ou até mesmo anular o acordo de delação assinado por ele com a PF. Ainda segundo a *Folha de S. Paulo*, a revista *Veja* publicou informações dos depoimentos do tenente-coronel à PF, nos quais afirmou ter entregue a Bolsonaro em mãos parte do dinheiro da venda de relógios de luxo recebidos como presentes de Estado. O valor, segundo a reportagem, seria de US\$ 68 mil e o dinheiro serviria para manter despesas de Bolsonaro. O periódico ainda ressaltou que Cid negou que tivesse prosseguido com os planos golpistas e buscou blindar os generais e ex-ministros Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Walter Souza Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos. No entanto, como notou a reportagem, os depoimentos de Mauro Cid no contexto da delação premiada devem ocorrer somente a partir da próxima semana. (*Correio Braziliense - Política - 09/09/23; Correio Braziliense - Política - 12/09/23; Folha de S. Paulo - Política - 09/09/23; Folha de S. Paulo - Política - 13/09/23; Folha de S. Paulo - Política - 15/09/23; O Estado de S. Paulo - Política - 09/09/23*)

2- Colunistas comentaram a delação premiada de Mauro Cid

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Álvaro Costa e Silva comparou a delação do tenente-coronel Mauro Cid como uma “bomba-relógio” para o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, o qual, sem a blindagem das instituições políticas, vê sua popularidade cair a cada dia. Em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Marcelo Godoy também afirmou que a delação de Cid representa um risco a Bolsonaro, uma vez que o ex-presidente é acusado de falsificação de documento e peculato, ambas condutas que, se comprovadas na delação, podem levar a sua expulsão do Exército, prisão, perda de patente e devolução das condecorações que recebeu, como a Ordem do Mérito Militar. Além disso, sua aposentadoria de capitão reformado de R\$ 12,3 mil (valor recebido em junho) passaria a ser paga a Michelle Bolsonaro, que seria considerada a “viúva” do oficial. Em coluna

opinativa à *Folha de S. Paulo*, o jornalista Hélio Schwartzman fez uma provocação sobre se é correto chamar Mauro Cid de traidor, como os “bolsonaristas exaltados” tem chamado por conta da delação premiada. Schwartzman afirmou ainda que Mauro Cid é “um servidor do Estado brasileiro” e que, portanto, ele deve lealdade ao Brasil, não aos generais ou ao ex-presidente Bolsonaro. O jornalista salientou que, apesar da delação premiada ser mal vista, ela é importante para “desbaratar organizações criminosas mais sofisticadas”. E, portanto, trazer o uso desse instrumento a partir de uma “bússola moral” não seria o papel do poder público, mas sim, utilizar da instituição da delação para que Cid possa relatar “ainda que tardiamente [os] crimes de que tem ciência, frustra[ndo] alguns dos grupos a que pertence”. Em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Roseann Kennedy, com colaboração de Monica Gugliano, escreveram que o general Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, tem dito a interlocutores que não pretende se manifestar sobre as supostas informações de que ele seria citado na delação. As colunistas mencionaram que o general Heleno estaria dizendo não ter informações sobre as atividades de Cid, seja sobre cartões de vacina ou os planos golpistas apócrifos, evitando dessa forma os holofotes que poderiam levar a esse “movimento” que visa a prisão do ex-presidente Bolsonaro e dos seus auxiliares. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 12/09/23; Folha de S. Paulo - Opinião - 13/09/23; O Estado de S. Paulo - Política - 12/09/23; O Estado de S. Paulo - Coluna do estadão - 13/09/23)

3- Colunista comentou sobre o desfile de 7 de setembro em Brasília

Em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, o presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), Rubens Barbosa, descreveu o evento de 7 de setembro de 2023 como uma possível “virada na página” após os 134 anos de preocupações com intervenções militares na vida pública nacional, tendo sido criadas condições para a efetiva normalização das relações civis-militares e sua adequação ao modelo democrático. Ainda segundo o autor, tal normalização deve ser feita com as lideranças militares e civis seguindo a Constituição, mantendo os militares separados da atividade político-partidária, bem como subordinados ao poder civil da Presidência da República. (O Estado de S. Paulo - Política - 12/09/23)

4- Exposição da Forças Armadas em Brasília comemorou a Independência do Brasil

Reportagem veiculada pelo *Correio Braziliense* destacou a realização da Exposição das Forças Armadas na Esplanada de Brasília. O periódico afirmou que essa exposição inédita teve como objetivo principal proporcionar à sociedade um maior entendimento sobre as atividades das Forças Armadas e nutrir o sentimento de amor à pátria, especialmente em comemoração aos 201 anos da Independência do Brasil. Um oficial da Marinha do Brasil enfatizou a importância desse evento para estreitar o vínculo entre as Forças Armadas e a população, destacando a beleza dos uniformes dos marinheiros presentes e a exibição dos mais modernos equipamentos da Marinha, bem como a divulgação de projetos futuros, como a construção das novas fragatas em Santa Catarina e o desenvolvimento de um submarino movido a energia nuclear. O militar

ênfatizou ainda que essa iniciativa busca elucidar à sociedade a relevância das atividades das Forças Armadas e reforçar que toda essa infraestrutura está à disposição do Brasil. A exposição foi aberta ao público imediatamente após o desfile cívico-militar do 7 de setembro de 2023, atraindo mais de 2 mil pessoas no primeiro dia e permanecendo aberta até o dia 09/09/2023. Conforme o *Correio Braziliense* informou, os visitantes tiveram a oportunidade de explorar um museu das Forças Armadas, onde foram apresentadas atividades e programas estratégicos desenvolvidos pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas. Além disso, a exposição contou com a exibição de carros de combate, armamentos e aeronaves e foram realizadas apresentações diárias da Banda Marcial do Corpo de Fuzileiros Navais. (Correio Braziliense – Cidades – 09/09/23)

5- PF faz investigações sobre desvios de recursos públicos na intervenção federal no Rio de Janeiro envolvendo o general Braga Netto

Segundo os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 12/09/2023, a Polícia Federal (PF) cumpriu mandados de busca e apreensão em 16 endereços ligados a ex-integrantes do gabinete de intervenção federal (GIF), como parte da Operação Perfídia contra supostas ilegalidades na aquisição de coletes balísticos pelo governo brasileiro em 2018, durante a intervenção federal no Rio de Janeiro, comandada pelo general Walter Braga Netto. Segundo os periódicos, Braga Netto, à época nomeado como interventor das Forças Armadas no comando da segurança pública fluminense, assinou um pedido enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU) para fazer a aquisição sem licitação, porque “se tratava de um período excepcional” e que precisaria de um processo mais ágil. As recentes investigações da PF começaram depois de uma cooperação com autoridades dos Estados Unidos que apuram o assassinato do então presidente do Haiti, Jovenel Moïse, em julho de 2021. Isso porque, de acordo com as autoridades norte-americanas, a empresa CTU Security LLC, que fechou contrato com o general Braga Netto, teria fornecido apoio militar para o homicídio do líder haitiano. Foram alvos da operação três coronéis da reserva do Exército, o general da reserva Paulo Assis e empresários. Essas buscas não se direcionaram à Braga Netto, mas a PF quebrou seu sigilo telefônico. Ainda segundo as reportagens, a PF indicou suspeita de envolvimento do general na tentativa de finalizar o processo de compra de mais de oito mil coletes com sobrepreço, de cerca de R\$ 4,6 milhões, segundo o TCU, que ainda apontou indícios de conluio. Braga Netto afirmou que “os contratos do GIF seguiram absolutamente todos os trâmites legais previstos na lei brasileira” e que “os coletes não foram adquiridos ou tampouco entregues. Não houve, portanto, qualquer repasse de recursos à empresa ou irregularidade por parte da Administração Pública”. Segundo os periódicos, o TCU decidiu suspender o contrato no segundo semestre de 2019, e, conforme apontam os autos da investigação, os representantes da CTU no Brasil teriam tentado reverter essa situação buscando uma solução junto a integrantes do governo federal. Um desses representantes chegou a fazer menção a um almoço que teria tido com Braga Netto com esse objetivo. (Correio Braziliense - Política - 13/09/23; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 13/09/23; O Estado de S. Paulo - Política - 13/09/23)

6- FAB elegeu nova aeronave para viagens presidenciais

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Ministério da Defesa entregou para o Palácio do Planalto um estudo realizado pela Força Aérea Brasileira (FAB) a respeito da substituição da aeronave presidencial utilizada em viagens internacionais. A Aeronáutica apresentou um Airbus A-330-200 usado, que atende às exigências do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda de acordo com o periódico, o plano inicial era utilizar um dos dois A330-200 da FAB, e reformar conforme necessidade, mas as adequações seriam mais caras do que a compra de uma aeronave usada. Outra questão para a não utilização dos atuais A330 é o fato da Aeronáutica necessitar dessas aeronaves para o reabastecimento em voo de seus caças, e para o rápido deslocamento de pessoal para o socorro médico. Entretanto, a nova aeronave deve ter o número de série o mais próximo possível dos aviões que já pertencem à FAB, para facilitar a manutenção. Entrevistados pelo jornal, o deputado federal Ubiratan Sanderson (PL-RS), presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) consideraram uma grande irresponsabilidade fiscal por parte do presidente essa nova compra. (O Estado de S. Paulo - Política - 11/09/23)

7- Militares de baixa patente recorreram ao PSOL em busca de direitos

Segundo reportagem do periódico *Correio Braziliense*, militares de baixa patente que apoiaram o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, estão tentando se aproximar do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em busca de melhorias do sistema de proteção social dos militares, como a previdência. Em entrevista ao periódico, o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) afirmou que a esquerda tem que lutar a favor dos direitos dos praças, que foram ignorados por Bolsonaro na reforma previdenciária das Forças Armadas. Já a deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS) destacou que “Na prática, esses militares perderam salário, seus familiares também perderam e as gratificações foram utilizadas apenas para o alto escalão das Forças Armadas, enquanto os de baixo têm sido penalizados”. O *Correio* informou que os dois congressistas realizaram uma audiência pública em um dos plenários da Câmara dos Deputados que reuniu “dezenas de familiares e militares, alguns mais ou menos engajados com Bolsonaro no passado”. Entre os presentes estava a pensionista Ivone Luzardo, presidente da União Nacional das Esposas de Militares das Forças Armadas (Unemfa) e apoiadora do ex-presidente desde o início dos anos 2000. Já o tenente Heraldo Rodrigues, secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais do Ministério da Defesa presente na audiência, afirmou que a premissa da reforma era “premiar a meritocracia nas Forças, valorizar os de maior mérito, reconhecer a experiência profissional e a disponibilidade permanente da pessoa para a atividade militar e sua dedicação exclusiva à atividade militar”. O periódico *Folha de S. Paulo* publicou uma reportagem especial a respeito da aposentadoria dos militares. Segundo o jornal, cada brasileiro paga em média R\$ 9.600 reais para cada militar. Especialistas entrevistados pela *Folha* alertam que as contribuições são insuficientes em todo o país, mas entre a população militar os números são mais preocupantes. Segundo o economista Paulo Tafner, a reforma realizada em 2019 não foi tão efetiva quanto a dos civis, e as medidas em relação aos militares foram muito menores do que poderiam ser. Já o economista Fabio Giambiagi afirmou que o Brasil tem problemas de

relacionamento com as Forças Armadas desde a Ditadura Militar (1964-1985), fato que impede maiores discussões a respeito de temas importantes como a previdência e o impacto da categoria no orçamento público. Ao periódico, o coronel da reserva da Polícia Militar de Santa Catarina e presidente da Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme), Marlon Jorge Teza afirmou que a aposentadoria dos militares não deve ser tratada da mesma forma que os civis, pois os oficiais não possuem os mesmos direitos e deveres e são regidos por legislações diferentes. (Correio Braziliense - Política - 11/09/23; Folha de S. Paulo - Mercado - 11/09/23)

8- Sobrevivente da ditadura comenta sobre exílio no Chile

O periódico *Folha de S. Paulo* apresentou uma reportagem com uma sobrevivente da Ditadura Militar (1964-1985) que se exilou no Chile durante os anos 1970. Segundo o jornal, Elza Pereira integrava a Ação Libertadora Nacional (ALN) quando foi presa pela primeira vez no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1968, acusada de “subversão”. Depois, foi presa uma segunda vez em 1969 e submetida a sessões de tortura, até ser expulsa do país pelos militares. No Chile, onde se exilou, conheceu seu marido em um grupo de refugiados brasileiros. A entrevistada comentou ainda a respeito das diferenças entre Brasil e Chile no que diz respeito à memória e justiça das violações de direitos humanos nas ditaduras, afirmando que “Ao menos está punindo seus torturadores, penalizando-os. Aqui, não”. (Folha de S. Paulo - Política - 11/09/23)

9- Condenação do réu do 8 de janeiro envolve discussão acerca das Forças Armadas

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, durante o processo de votação no caso de Aécio Lúcio da Costa Pereira, primeiro réu julgado no Supremo Tribunal Federal (STF) pela depredação dos prédios dos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023, houveram citações acerca da atuação das Forças Armadas. A defesa do acusado tentou amenizar as ações do réu, alegando que os atos não passaram de um simples protesto coletivo, ironizando um possível golpe sem armas. O ministro Alexandre de Moraes rebateu a argumentação da defesa, alegando que as depredações e a tomada dos prédios que representam as instituições democráticas teriam o intuito de gerar um decreto de Garantia de Lei de Ordem (GLO). Segundo o ministro, os golpistas estavam pedindo o auxílio dos militares para a efetivação do golpe de Estado. O ministro ainda se posicionou em defesa dos militares que não aderiram o golpe, reiterando que o Exército brasileiro não aderiu ao atentado, apesar da participação de alguns militares durante os atos golpistas que estão sendo atualmente investigados. Segundo o jornal *Correio Braziliense*, Moraes pediu a condenação do réu por 15 anos e 6 meses de reclusão e 1 ano e 6 meses de detenção em regime aberto. O ministro reiterou que os atos de vandalismo se configuraram como uma ameaça à democracia, e que o golpe não foi efetivado pois não houve a adesão das Forças Armadas. (Folha de São Paulo - Política - 14/09/23; Correio Braziliense - Política - 14/09/23)

10- General Dutra de Menezes prestou depoimento à CPMI do 8 de janeiro
Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-chefe do Comando Militar do Planalto (CMP), depôs em 14/09/2023 à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Segundo a reportagem, o general se esquivou de fazer juízo sobre os acampados em frente ao Quartel General (QG) do Exército em Brasília. Dutra também disse ter solicitado à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) que interviesse para desmobilizar os acampamentos, contradizendo o que afirmaram coronéis da Polícia Militar (PM-DF). A jornalista Eliane Cantanhêde, em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, afirmou que o depoimento de Dutra à CPMI foi um vexame para o Exército, com o general “fardado, caindo nas mais fuleiras contradições”. Cantanhêde questionou as alegações de Dutra de que não sabia do “perfil golpista” dos acampamentos, da participação de militares da reserva e de preparativos terroristas que ocorreram no entorno, além da efetividade do posicionamento de tanques em frente ao QG depois dos atos golpistas, segundo o general “para impedir a volta” dos golpistas, enfatizando que ainda assim se permitiu que 1200 deles voltassem para o acampamento. (*Correio Braziliense – Política – 15/09/23; O Estado de S. Paulo – Política – 15/09/23*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Letícia Ramos da Rocha

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar